

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.158 - SP (2019/0059066-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**  
**ADVOGADOS** : **CELSO DE FARIA MONTEIRO - SP138436**  
**JANAINA CASTRO DE CARVALHO - DF014394**  
**PATRÍCIA HELENA MARTA MARTINS - SP164253**  
**EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO - DF009378**  
**JOÃO MIGUEL GAVA FILHO - SP329772**  
**RECORRIDO** : **EDITORA STOCK COMPANY COMUNICACAO LTDA**  
**ADVOGADO** : **PEDRO EGBERTO DA FONSECA NETO - SP222613**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DA FAZER. FORNECIMENTO DOS DADOS DE ACESSO DE USUÁRIO QUE OFENDEU A RECORRENTE COM POSTAGEM EM REDE SOCIAL. OBRIGAÇÃO DE ARMAZENAR E FORNECER OS DADOS DA PORTA LÓGICA DE CONEXÃO. AUSÊNCIA DE DEVER LEGAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA QUE RECONHECE O DEVER DOS PROVEDORES DE CONEXÃO E DOS PROVEDORES DE ACESSO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por Facebook Serviços Online do Brasil Ltda., com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que manteve a sentença de condenação ao fornecimento dos dados de identificação do usuário que utilizou indevidamente a conta da recorrida, inclusive o endereço de IP e a porta lógica de conexão.

A ementa do acórdão tem a seguinte redação (e-STJ, fl. 288):

OBRIGAÇÃO DE FAZER. Fornecimento de dados relativos a usuário da rede social "Facebook" que utilizou a conta da autora para publicar mensagem ofensiva a sua imagem. Incidência da Lei nº 12.965/2014. Dever da ré de informar os dados necessários à identificação do usuário, mediante informação do endereço de IP ("Internet Protocols") e porta lógica. Precedentes do C. STJ e desta E.

Corte paulista. Informações que podem ser obtidas a partir dos dados

de acesso da conta da própria autora, sem necessidade de identificação do endereço eletrônico URL do comentário ofensivo. Ônus sucumbenciais que cabem à ré, porquanto ofereceu resistência injustificada à pretensão da autora. Sentença mantida. Recurso não provido.

O recorrente opôs embargos de declaração, sustentando que deve ser informada a URL específica do comentário ofensivo para que possa cumprir a ordem judicial e que o acórdão foi omissos nesse aspecto.

Os embargos foram rejeitados pelo Tribunal estadual, que não verificou omissão na fundamentação (e-STJ, fl. 417):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa. Prequestionamento explícito. Desnecessidade de menção expressa a dispositivos legais. Embargos rejeitados.

Nas razões recursais, o recorrente alega que inexiste o dever legal do provedor de aplicações de internet armazenar e fornecer dados referentes à porta lógica de conexão. Argumenta que o Tribunal de origem negou vigência aos arts. 5º, VIII e 15 e 22 da Lei n. 12.965/2014, porque o dever de armazenar e fornecer a porta lógica é do provedor de conexão, e não do provedor de acesso. Acrescenta que o acórdão contraria precedentes de outros tribunais estaduais (TJAM e TJCE) e do próprio TJSP. Subsidiariamente, aduz que foram violados os arts. 489, § 1º, IV e 1.022 e 1.025 do CPC/2015, tendo em vista a rejeição dos embargos de declaração. Por fim, requer o provimento do recurso para que seja declarada a inexistência de dever jurídico de provedores de aplicação da internet armazenarem e fornecerem dados da porta lógica de conexão, o dissídio jurisprudencial e, subsidiariamente, que se reconheça a nulidade do acórdão e determine o enfrentamento das questões omissas pelo Tribunal *a quo*.

Nas contrarrazões, a recorrida afirma que o recorrente posterga o cumprimento da determinação judicial; que os provedores de aplicações na internet devem identificar, armazenar e, quando requisitados, fornecer todos os dados relacionados ao acesso, inclusive a porta lógica; e, ainda, que os acórdãos paradigmas não refletem a solução

correta para o caso. Pugna pelo desprovimento do recurso.

O Tribunal de origem considerou que o recurso reúne os requisitos de admissibilidade e deve ser conhecido.

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Não se verifica a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que todas as questões suscitadas pelas partes foram devidamente analisadas pelo Tribunal de origem, não havendo que se falar em omissão no *decisum*.

Em relação à questão de fundo, o inconformismo recursal não merece prosperar.

O recorrente defende a tese de que não pode ser condenado a fornecer as informações referentes à porta lógica de conexão, uma vez que essa obrigação não está prevista na Lei n. 12.965/2014. Acrescenta que cabe aos provedores de conexão armazenar e fornecer essa informação.

Não obstante, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça enfrentou recentemente essa questão e decidiu que cabe aos provedores de conexão e de acesso armazenar e fornecer as informações referentes à porta de conexão, uma vez que a identificação do IP depende dessa informação.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INTERNET. PROVEDOR DE APLICAÇÃO. USUÁRIOS. IDENTIFICAÇÃO. ENDEREÇO IP. PORTA LÓGICA DE ORIGEM. DEVER. GUARDA DOS DADOS. OBRIGAÇÃO. MARCO CIVIL DA INTERNET.

INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA.

1. Ação ajuizada em 15/06/2015. Recurso especial interposto em 17/05/2018 e atribuído a este gabinete em 09/11/2018.
  2. Ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de tutela antecipada, na qual relata a recorrida que foi surpreendida com a informação de que suas consultoras estariam recebendo e-mails com comunicado falso acerca de descontos para pagamento de faturas devidas à empresa.
  3. O propósito recursal consiste em definir a obrigatoriedade de guarda e apresentação, por parte da provedora de aplicação de internet, dos dados relacionados à porta lógica de origem associadas aos endereços IPs.
  4. Os endereços IPs são essenciais arquitetura da internet, que permite a bilhões de pessoas e dispositivos se conectarem à rede, permitindo que trocas de volumes gigantescos de dados sejam operadas com sucesso.
  5. A versão 4 dos endereços IPs (IPv4) esgotou sua capacidade e, atualmente, há a transição para a versão seguinte (IPv6). Nessa transição, adotou-se o compartilhamento de IP, via porta lógica de origem, como solução temporária.
  6. Apenas com as informações dos provedores de conexão e de aplicação quanto à porta lógica de origem é possível resolver a questão da identidade de usuários na internet, que estejam utilizam um compartilhamento da versão 4 do IP.
  7. O Marco Civil da Internet dispõe sobre a guarda e fornecimento de dados de conexão e de acesso à aplicação em observância aos direitos de intimidade e privacidade.
  8. Pelo cotejamento dos diversos dispositivos do Marco Civil da Internet mencionados acima, em especial o art. 10, caput e § 1º, percebe-se que é inegável a existência do dever de guarda e fornecimento das informações relacionadas à porta lógica de origem.
  9. Apenas com a porta lógica de origem é possível fazer restabelecer a univocidade dos números IP na internet e, assim, é dado essencial para o correto funcionamento da rede e de seus agentes operando sobre ela. Portanto, sua guarda é fundamental para a preservação de possíveis interesses legítimos a serem protegidos em lides judiciais ou em investigações criminais.
  10. Recurso especial não provido.
- (REsp 1777769/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 08/11/2019)

A propósito, consta entre os fundamentos do inteiro teor do acórdão:

Assim, pelo cotejamento dos diversos dispositivos do Marco Civil da Internet mencionados acima, em especial o art. 10, caput e § 1º, percebe-se que é inegável a existência do dever de guarda e fornecimento das informações relacionadas à porta lógica de origem. Como afirmado acima, apenas esse número da porta de origem é capaz de fazer restabelecer a univocidade dos números IP na internet e, assim, é dado essencial para o correto funcionamento da rede e de

seus agentes operando sobre ela. Portanto, sua guarda é fundamental para a preservação de possíveis interesses legítimos a serem protegidos em lides judiciais ou em investigações criminais.

Nesse sentido, é de amplo conhecimento que esta Corte Superior firmou entendimento de que as prestadoras de serviço de internet, como as demais empresas, estariam sujeitas a um dever legal de escrituração e registro de suas atividades durante o prazo prescricional de eventual ação de reparação civil, dever que tem origem no art. 10 do Código Comercial de 1850, e atualmente encontra-se previsto no art. 1.194 do Código Civil, abaixo transcrito:

Art. 1.194. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência no tocante aos atos neles consignados.

(...)

Como visto a partir da recomendação do grupo de trabalho criado no âmbito da agência reguladora das telecomunicações, tanto os provedores de conexão quanto os provedores de aplicação necessitam desse número adicional, a porta de origem, para realizarem suas atividades na internet.

De fato, apenas com as duas pontas da informação – conexão e aplicação – é possível resolver a questão da identidade de usuários na internet, que estejam utilizam um compartilhamento da versão 4 do IP. Portanto, é inegável que ambas as categorias de provedores de que dispõe o Marco Civil da Internet possuem a obrigação de guarda e fornecimento das informações da porta lógica de origem associada ao endereço IP.

Ademais, cumpre ressaltar que este é um problema que tende a se extinguir, pois, à medida em que a transição para IPv6 for efetuada, haverá menor necessidade de compartilhamento do IP por meio de porta lógica de origem.

Constata-se, portanto, que o acórdão recorrido seguiu o mesmo entendimento exarado pela Terceira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, devendo ser rejeitada a tese recursal.

Ante o exposto, conheço do recurso especial para negar-lhe provimento.

Considerando o disposto nos §§ 2º, 3º e 11º do art. 85 do CPC/2015, deixo de arbitrar honorários recursais, verificando que já atingiram o patamar legal máximo.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator